

**HABEAS CORPUS Nº 466.957 - SP (2018/0223606-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : VALDEMIR BATISTA SANTANA**  
**ADVOGADO : VALDEMIR BATISTA SANTANA - SP187436**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ANA PAULA APARECIDA DE ALMEIDA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ANA PAULA APARECIDA DE ALMEIDA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que a paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que: **a)** "a presença dos requisitos do artigo 318 do CPP, bem como a falta de fundamentação concreta para afastar a substituição são claros no caso em tela" (e-STJ, fl. 9); **b)** "a paciente tem sérios problemas de saúde, necessitando de cuidados adequados, pois faz tratamento médico especializado com profissional de sua confiança" (e-STJ, fl. 10).

Pleiteia seja concedida a prisão domiciliar à paciente.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Colhe-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante, juntamente com oito indivíduos, em 7/10/2015, oportunidade na qual foram apreendidos 379 tijolos de maconha, pesando aproximadamente 418,9 kg (quatrocentos e dezoito quilos e novecentos gramas). Denunciada, a paciente foi solta por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, decisão que foi cassada quando do julgamento do mérito.

O pedido de prisão domiciliar foi indeferido pelo Juízo de Primeira Instância em razão de a paciente encontrar-se foragida, impossibilitando a realização da inspeção médica oficial. Confira-se trecho da informação:

"Por este juízo, em 16 de março de 2018, foi o pedido da defesa indeferido, tendo em vista que a paciente foi solta liminarmente e, posteriormente, diante do julgamento do mérito do writ impetrado, foi determinada sua prisão. **Não se apresentou em Juízo**, o que evidencia que a prisão domiciliar é insuficiente para a garantia da ordem pública, pois não há nada que garanta que a paciente cumpriria as condições da prisão domiciliar. Ademais, em que pese os documentos ora juntados, a acusada Ana Paula **encontra-se**

**foragida**, estando, portanto, este Juízo, impossibilitado de determinar uma possível inspeção médica a ser realizada por perito oficial de sua confiança para constatar, cabalmente, qual é o atual estado de saúde da acusada, sendo injustificável, por ora, o benefício da prisão domiciliar." (e-STJ, fl. 235).

Por sua vez, o Tribunal de origem denegou a ordem nos seguintes termos:

"Ademais, o pedido da defesa de Ana Paula se fundamenta no inciso II, do artigo 318 do Código de Processo Penal, para permitir que a prisão preventiva da acusada seja substituída pela domiciliar, por estar extremamente debilitada por motivo de doença grave. [...] In casu, a Defesa limitou-se a juntar aos autos relatório médico e fotografias do problema de saúde da acusada, a fim de demonstrar a doença pela qual se encontra acometida (fls. 1327/1329). **Observo que o problema de saúde da ré, em tese, não justifica a concessão da prisão domiciliar.** Primeiro, porque a ré Ana Paula foi presa em flagrante delito por tráfico de drogas, foi solta liminarmente e, após determinada sua prisão, diante do julgamento do mérito do writ impetrado, não se apresentou em Juízo, o que evidencia que a prisão domiciliar é insuficiente para a garantia da ordem pública, pois não há nada que garanta que a ré cumpriria as condições da prisão domiciliar. **Ademais, em que pese os documentos ora juntados, a acusada Ana Paula encontra-se foragida, estando, portanto, este Juízo, impossibilitado de determinar uma possível inspeção médica a ser realizada por perito oficial de sua confiança para constatar, cabalmente, qual é o atual estado de saúde da acusada, sendo injustificável, por ora, o benefício da prisão domiciliar**" (e-STJ fl. 205).

A conversão da custódia cautelar em domiciliar deve ser concedida apenas em situações excepcionais, de extrema debilidade por doença grave do agente (art. 318, II, do CPP), nas quais não é possível o tratamento no próprio estabelecimento prisional. Confira-se:

'Art. 318 Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

**II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;**

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo."

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que é possível o deferimento de prisão domiciliar ao réu quando comprovada sua debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento do tratamento adequado no estabelecimento prisional (RHC 92.958/MS, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 17/4/2018, DJe 27/4/2018; HC 345.803/RJ, de minha relatoria, QUINTA TURMA, j. 5/5/2016, DJe 10/5/2016).

Na hipótese, conforme salientado pelas instâncias ordinárias, embora tenha

juntado documentos, a paciente, foragida, impossibilitou a realização de perícia médica oficial com a finalidade de demonstrar seu real estado de saúde, o que afasta a excepcional justificativa de prisão domiciliar.

Sobre o tema:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA DELETÉRIA E QUANTIDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. ENVOLVIMENTO DE MENOR. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. SUBSTITUIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO II, DO CPP. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXTREMA DEBILIDADE POR MOTIVO DE DOENÇA GRAVE E DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TRATAMENTO MÉDICO E A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1.

[...].

7. *In casu*, as instâncias ordinárias indeferiram o pedido de prisão domiciliar em razão da ausência de comprovação de que o estado de saúde do paciente necessita de tratamento que não possa ser oferecido enquanto inserido no sistema prisional. Dessa forma, não restaram demonstradas a extrema debilidade por motivo de doença grave e a incompatibilidade entre o tratamento de saúde e a sua segregação cautelar, consoante parágrafo único do art. 318, II, do Código de Processo Penal - CPP.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 438.217/SP, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 17/5/2018, DJe 1º/6/2018.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. SEGREGAÇÃO MANTIDA PELOS MESMOS FUNDAMENTOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CORRÉU. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE

COMPROVAÇÃO DA EXTREMA DEBILIDADE POR MOTIVO DE DOENÇA GRAVE E DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TRATAMENTO MÉDICO E A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. 1.

[...].

7. O entendimento da instâncias ordinárias está em consonância com a jurisprudência desta Quinta Turma, no sentido de que, à luz do disposto no art. 318, inciso II, do CPP, o acusado tem que comprovar o grave estado de saúde em que se encontra e a incompatibilidade entre o tratamento de saúde e a segregação cautelar, o que não se verificou na hipótese dos autos.

Recurso desprovido."

(RHC 93.473/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 03/10/2018.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator